



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular 2019-2020

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública

Unidade curricular

Direito das relações jurídicas de emprego público
(Emprego público e direitos fundamentais)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana F. Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pretende-se que os estudantes adquiram uma compreensão alargada dos princípios, conceitos e instrumentos jurídicos do Direito do emprego público.

Pretende-se, em particular, que, a partir de uma visão cosmopolita e multinível dos direitos fundamentais, reflitam sobre o estatuto jurídico do trabalhador na relação de emprego público e sobre o conteúdo e aplicação do respetivo jurídico.

Conteúdos programáticos

1. Delimitação e caracterização geral
 - 1.1. Função pública, emprego público e relação jurídica de emprego público
 - 1.2. O regime português do emprego público e os modelos de organização dos empregos públicos
 - 1.3. As fontes. A influência cruzada da internacionalização e da europeização do Direito Administrativo e do Direito do Trabalho
2. A relação jurídica de emprego público
 - 2.1. Traços de identidade
 - 2.2. Os sujeitos e o objeto da relação jurídica
3. Os direitos fundamentais e a relação jurídica de emprego público
 - 3.1. Constitucionalismo multinível e âmbito de proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos
 - 3.2. Categorias principais dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos
 - 3.2.1. Direitos de igualdade: igualdade e não discriminação
 - a) No acesso a emprego público
 - b) No âmbito da relação jurídica de emprego público
 - c) No contexto da cessação da relação jurídica de emprego público
 - 3.2.2. Direitos de liberdade
 - a) Liberdade de expressão
 - b) Liberdade religiosa
 - c) Direito à reserva da vida privada: *v.g.*, proteção de dados pessoais, controlo e vigilância tecnológicos no local de trabalho, os tempos de não trabalho
 - d) Proteção dos trabalhadores que denunciem ilegalidade ou atuações contrárias aos interesses



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

públicos

3.2.3. Direitos de participação política

3.2.4. Direitos laborais

3.2.4.1. Direitos laborais individuais

- a) Direitos remuneratórios
- b) Direito ao repouso e direito férias periódicas pagas
- c) Direitos à segurança, higiene e saúde no trabalho
- d) Direitos do trabalhador-estudante

3.2.4.2. Direitos laborais coletivos ou de exercício coletivo

- a) Liberdade sindical
- b) Direito à negociação e à contratação coletivas
- c) Direito à greve
- d) Direito de reunião

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os tópicos dos pontos 1. e 2. do programa permitem o conhecimento de aspetos estruturais do Direito do emprego público, em sintonia com o objetivo da unidade curricular de proporcionar uma compreensão essencial e integrada da disciplina. Por outro lado, o ponto 3. do programa fornece um quadro sistemático dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos e permite pensar as suas várias questões jurídicas e a resolução de casos a partir da dogmática dos direitos fundamentais no quadro de um constitucionalismo multinível

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino assenta na articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos. Convida à participação, ao questionamento e à aplicação dos conhecimentos pelo seu cruzamento em diferentes situações laborais.

A estruturação de planos de aula e a disponibilização de materiais de apoio, prévia e posteriormente a cada aula, assim como o diálogo com o docente, permitem a consolidação e o aprofundamento das temáticas.

A avaliação pondera em igual medida o resultado de prova escrita e o resultado de trabalho escrito sobre um dos tópicos do ponto II do programa (mínimo: 15 páginas de texto, excluindo índice e bibliografia). A realização de trabalho escrito possibilita que os estudantes exercitem as qualidades de reflexão e escrita jurídicas e dá-lhes *feedback* significativo para a melhoria da aprendizagem. Pondera-se igualmente a participação nas aulas (10%), procurando, *inter alia*, fomentar o seu envolvimento nas mesmas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O tratamento integrado, reflexivo e contextual dos temas permite a apreensão dos diversos conceitos, princípios e de dimensões essenciais de regime, a procura de soluções jurídicas tecnicamente informadas e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e cosmopolita das questões que a disciplina postula.

Bibliografia principal

NEVES, AF (2019), *Direito do emprego público local*, ADREL, outubro (previsto).

DORSEMONT, Filip et al. (edited by), (2019), *The Charter of Fundamental Rights of the European Union and the employment relation*, Oxford, Hart.

QC, Robin Allen et al. (2018), *Employment Law and Human Rights*, Third edition, 2018.

Curricular unit sheet



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Course _____

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximun 3000 characters)

Main Bibliography

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.